



DESPACHO:

Imprima-se. À Secretaria-Geral da Mesa Diretora para providências.
Em 11/06/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal da Casa Civil

Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2026.

Ofício CVL/CGALP-EXT-CM nº 1248 /2026

Ao Excelentíssimo Senhor
VEREADOR CARLO CAIADO
Presidente
Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Palácio Pedro Ernesto
Praça Floriano, s/nº, Cinelândia, Rio de Janeiro – RJ
20031-050

Referência: Indicação Legislativa nº 6294/2025 - Autor(a): Thais Ferreira

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção à Indicação Legislativa nº 6294/2025, de autoria do(a) Excelentíssimo(a) Vereador(a) Thais Ferreira, sirvo-me do presente para encaminhar a cópia dos esclarecimentos prestados pela Pasta competente.

Coloco-me à disposição para mais esclarecimentos que se fizerem necessários, aproveitando a oportunidade para renovar protestos de alta estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Daniel Araujo de Oliveira

Coordenador Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar

Secretaria Municipal da Casa Civil

Coordenadoria Geral de Acompanhamento Legislativo e Parlamentar – CVL/CGALP
End.: Rua Afonso Cavalcanti, 455, 1º andar, Sala 1507, Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.211-901

Tel.: (21) 2975-3029
E-mail: cgalp@prefeitura.rio

(*)(Republicados por incorreção na publicação. Publicados no DCM nº 108, de 16/06/2026, págs. 18 a 27)

PLENÁRIO

12ª LEGISLATURA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA

1º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 16 DE JUNHO DE 2026.

Presidência dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Presidente; e Tânia Bastos, 2ª Vice-Presidente.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Senhores Vereadores Átila Nunes, Carlo Caiado, Dr. Rogério Amorim, Felipe Michel, Gigi Castilho, Helena Vieira, Jair da Mendes Gomes, Jorge Canella, Monica Benício, Paulo Messina, Rodrigo Vizeu e Tânia Bastos 12 (doze), assume a Presidência a Senhora Vereadora Tânia Bastos, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Havendo número legal e “Invocando a Deus pela Grandeza da Pátria e a Paz entre os Homens”, dou por aberta a Sessão.

Passemos ao Expediente Inicial.

Passa-se ao

Expediente Inicial

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo orador inscrito, a Presidência franqueia a palavra.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Sessão fica suspensa até as 15 horas.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h01 e reabre-se às 15 horas, sob a Presidência do Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está reaberta a Sessão.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente inicial, passemos ao Prolongamento.

Passa-se ao

Prolongamento do Expediente

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Não havendo matéria a ser apreciada no Prolongamento do Expediente, passemos à Ordem do Dia

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Alana Passos, Cesar Maia, Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Gilberto, Fabio Silva, Felipe Boró, Felipe Pires, Fernando Armelau, Flávio Valle, Inaldo Silva, Joyce Trindade, Leniel Borel, Leonel de Esquerda, Luiz Ramos Filho, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcos Dias, Niquinho, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Rafael Satiê, Renato Moura, Rosa Fernandes, Salvino Oliveira, Tainá de Paula, Talita Galhardo, Tatiana Roque, Vera Lins, Vitor Hugo, William Siri, Willian Coelho e Zico).

Passa-se à

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência comunica às senhoras e senhores vereadores que está de posse do Mapa do Quadro Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa da Câmara Municipal referente ao mês de maio de 2025, em cumprimento ao dispositivo no Art. 30, Inciso VII do Regimento Interno.

A Presidência também informa que encontra-se à disposição do senhores vereadores, para consulta, a redação final do seguinte projeto:

Projeto de Lei Complementar nº 92-A-2025, de autoria do Poder Executivo, que “institui a Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU Praça XI Maravilha, altera a Lei Complementar nº 97, de 10 de julho de 2009, a Lei Complementar nº 229, de 14 de julho de 2021, a Lei Complementar nº 232, de 7 de outubro de 2021, a Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024 e a Lei Complementar nº 281, de 30 de maio de 2025 e dá outras providências”.

Caso não sofra emenda de redação, será considerada aprovada e irá ao autógrafo nos termos do Art. 251, § 1º do Regimento Interno.

Pela ordem, a Senhora Vereadora Alana Passos, que dispõe de três minutos.

A SRA. ALANA PASSOS – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

Quero falar hoje sobre a minha indignação e preocupação com a construção de um showroom de uma montadora chinesa, a GWM, no Aterro do Flamengo.

O que eu questiono é até onde o interesse financeiro vai, acima de um local que é tombado como Patrimônio Histórico e Cultural, não só do Rio de Janeiro, mas nacional e mundial, tanto pela Unesco como pelo Iphan.

Eu quero dizer a vocês que choveram no meu gabinete pedidos de atenção, porque ali é um lugar tão lindo, tão belo que todos nós, que somos não só do município, mas do Estado do Rio de Janeiro, não podemos aceitar que esteja sujeito a uma situação como essa.

Então eu, como vereadora desta Casa, fiz uma representação no Ministério Público Federal para que observasse e tomasse as providências quanto a quem



autorizou e como foi o procedimento realizado, porque ali é, de fato, tombado. Então, nós não podemos permitir e aceitar uma situação como essa.

Quero aqui deixar meu mandato à disposição. Estou muito feliz porque o Iphan já tomou as providências, já entrou com os questionamentos legais e reitero aqui que nós não podemos aceitar, ver situações como essa e ficar de braços cruzados. Meu mandato é do povo e todas as vezes em que eu for cobrada e for feito pedido para que eu averigüe, vou fazer o que é da minha alçada como vereadora. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3414/2024 DE AUTORIA DO VEREADOR ÁTILA NUNES, QUE “DECLARA O EVENTO LETRA DO ANO PARA O BRASIL - RAFAEL ZAMORA DIAZ COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”.

PARECERES:

Comissão de Justiça e Redação Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Dr. Gilberto;

Comissão de Mérito Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Jair da Mendes Gomes.

*Prazo em 17/06/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão a matéria.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alana Passos, Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Fabio Silva, Felipe Boró, Felipe Pires, Fernando Armelau, Flávio Valle, Gigi Castilho, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Leniel Borel, Luiz Ramos Filho, Máira do Mst, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Monica Benicio, Niquinho, Paulo Messina, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Tânia Bastos, Tatiana Roque, William Siri, Willian Coelho e Zico 32 (trinta e dois), não havendo voto favorável. Presentes e votando 32 (trinta e dois) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando NÃO 32 (trinta e dois) senhores vereadores. O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 3414/2024 segue à promulgação.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1438-A/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR FLÁVIO VALLE, QUE “DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATURE-

ZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO O RESTAURANTE-BAR AMARELINHO DA VIA ÁPIA”.

PARECERES DA: Comissão de Constituição Justiça e Redação PELA REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;

Comissão de Mérito Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Jair da Mendes Gomes.

*Prazo em 17/06/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alana Passos, Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Gilberto, Fabio Silva, Felipe Boró, Felipe Pires, Gigi Castilho, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Leniel Borel, Máira do Mst, Marcelo Diniz, Marcos Dias, Monica Benicio, Niquinho, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Salvino Oliveira, Tatiana Roque, Vitor Hugo, William Siri, Willian Coelho e Zico 31 (trinta e um), não havendo voto favorável. Presentes e votando 31 (trinta e um) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando NÃO 31 (trinta e um) senhores vereadores. O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 1438-A/2025 segue à promulgação.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1639-A/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR WELINGTON DIAS, QUE “DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O BAR DA DILENE, NO BAIRRO DE CAMPO GRANDE”.

PARECERES DA: Comissão de Constituição Justiça e Redação PELA REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;

Comissão de Mérito Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Jair da Mendes Gomes.

*Prazo em 17/06/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação
(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.





(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alana Passos, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Gilberto, Dr. Rogério Amorim, Fabio Silva, Felipe Boró, Felipe Pires, Gigi Castilho, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Leonel de Esquerda, Maíra do Mst, Marcos Dias, Monica Benicio, Niquinho, Paulo Messina, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Rafael Satiê, Salvino Oliveira, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Vera Lins, Vitor Hugo, William Siri, Willian Coelho e Zico 33 (trinta e três), não havendo voto favorável. Presentes e votando 33 (trinta e três) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando NÃO 33 (trinta e três) senhores vereadores.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 1639-A/2025 segue à promulgação.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE
EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1771-A/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR RODRIGO VIZEU, QUE «DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A FEIRA LIVRE DO JAMBEIRO, NO BAIRRO DE VILA VALQUEIRE».

PARECERES DA:
Comissão de Constituição Justiça e Redação PELA MANUTENÇÃO DO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;

Comissão de Mérito Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Deangeles Percy.

*Prazo em 17/06/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. ÁTILA NUNES – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Átila Nunes, que dispõe de três minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Presidente, com relação a esse projeto, a gente encaminhou aqui, a gente conversou com o Vereador Vizeu. Especificamente, já existe um projeto que trata do mesmo tema, projeto não, na realidade uma lei já aprovada, que trata do mesmo tema, então acabou que esse projeto passou. Dada essa situação, não cabe aprovar, porque isso vai dar até um problema de legislação, uma vez que seriam dois projetos, como lei, tratando o mesmo assunto.

A gente já conversou com o autor da matéria, o Vereador Vizeu, queria pedir, então, para manter o veto desse projeto para não correr o risco disso virar um imbróglgio legislativo.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alana Passos, Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia,

Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Gilberto, Dr. Rogério Amorim, Fabio Silva, Felipe Pires, Gigi Castilho, Helena Vieira, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Leniel Borel, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcos Dias, Niquinho, Paulo Messina, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Rafael Satiê, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Vera Lins e Zico 27 (vinte e sete). E que votou NÃO o Senhor Vereador Vitor Hugo 1 (um). Presentes e votando 28 (vinte e oito) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 28 (vinte e oito) senhores vereadores. Votaram SIM 27 (vinte e sete) senhores vereadores; e votou NÃO 1 (um) senhor vereador.

O veto está mantido e o Projeto de Lei nº 1771-A/2025 segue ao arquivo.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Leonel de Esquerda, que dispõe de três minutos.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Deem licença, deem licença, vereadores e vereadoras.

Olhe, minha irmã, Maíra da MST, sabe que, enquanto a gente está aqui no Plenário, o traidor da pátria Eduardo Bolsonaro está sendo julgado pelo STF? Se a justiça for feita neste país, esse cara, que foi lá para os Estados Unidos bater continência para a bandeira americana, querendo impor taxa à população brasileira e prejudicar as investigações do golpe de 8 de janeiro, da tentativa de golpe de 8 de janeiro, esse sujeito vai ser condenado, terá seu passaporte definitivamente apreendido aqui no Brasil e, quando pisar em terra tupiniquim, será preso junto com o pai dele.

Porque, afinal de contas, em período de Copa do Mundo, a gente está vendo quem são os verdadeiros patriotas, aqueles que defendem a soberania nacional, ao lado do Presidente Lula, contra a taxa americana, contra a subserviência do Brasil aos interesses americanos; e a gente também está vendo aqueles que, em busca de poder, em busca de rachadinha, a exemplo do irmão dele, em busca de Fundo Havengate, de 61 milhões, ou seja, dinheiro para poder curtir a Disneylândia nos Estados Unidos, querem impor taxas e impor subserviência aos interesses da população brasileira.

Hoje, mais um dia histórico no qual o traidor da pátria está sendo julgado no Supremo Tribunal Federal. E, no que depender da nossa militância, nós vamos exigir, reivindicar a prisão de Eduardo Bolsonaro. Vamos para cima deles! É o ano do Hexa do Brasil! É o ano do tetra do Presidente Lula! E é o ano de botar golpistas, definitivamente, traidores da pátria, na cadeia, até que o último de nós vença!

A SRA. ALANA PASSOS – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Alana Passos, que dispõe de três minutos.

A SRA. ALANA PASSOS – Boa tarde, novamente. Eu queria entender o que passa na cabeça de um presidente da República, como essa criatura que está sentada lá, representando o nosso país, para falar tanta besteira, como esse Presidente Lula.

Eu vou falar uma coisa para vocês: falam que nós de direita, somos do ódio e eles são do amor, porque o PT é do amor. E, do amor, eles não têm nada. Olha a fala do Presidente: “esse filho do Bolsonaro, o Flávio, é pior do que ele. Ele é traidor da pátria”. E diz claramente que ele tem que morrer. Isso ninguém está dizendo não, isso está gravado.

Como pode um presidente da República se posicionar falando que uma pessoa é traidora e que ela merece a morte? Agora o interessante é que todo mundo sabe o que aconteceu em 2018 com Bolsonaro, todo mundo sabe o que aconteceu com Trump e todo mundo viu nitidamente o que aconteceu com o Charlie Kirk, em 2025.

Aí eu falo para vocês, como que pode tanta besteira sair da boca de um presidente e ele simplesmente passar despercebido? Não, não vai. O outro fato que também está no vídeo gravado é ele falando que vai liberar sinalzinho de Wi-Fi para que bandidos devolvam os seus celulares.





Mas ele tem certo medo e receio, porque, se for à delegacia, ele não sabe o delegado que vai estar, o policial civil que vai estar. Porque podem o quê? Roubar? Não, não vai roubar não, porque o policial não é bandido. Os nossos policiais, os agentes da segurança pública do nosso estado, ainda que tenha um ou outro desvio, não é certo um presidente da República generalizar como ele faz.

Quer dizer que se o bandido não devolver poderá – foi o que ele falou –acontecer algo e ele ser punido. Agora, os agentes não, ele não confia, entrega onde? Nos Correios. Isso é um absurdo! Ele está ali, à frente do nosso Brasil, e é impossível um ser humano falar tanta besteira como esse que está lá como presidente, que a mim não representa. A mim não representa, por falar tanta besteira como essa criatura fala.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigada, Vereadora.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para Comunicação de Liderança, o nobre Vereador Dr. Rogerio Amorim, líder do PL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Senhor Presidente, eu não ia trazer esse assunto à baila, mas foi tocado por um vereador que me antecedeu, falando do julgamento. Eu acho muito curioso uma Casa Legislativa, que é um dos pilares da democracia brasileira, se vangloriar do atual estado que nós estamos vivendo hoje em dia.

É curioso nós vermos a intromissão do Poder Judiciário perante o Poder Legislativo da maneira que nós estamos vivendo hoje em dia, em cenário nacional, em cenário estadual, que é o que nós vemos hoje em dia. Nós temos que ter a plena consciência que esse ataque aos poderes, afinal de contas, Eduardo Bolsonaro, antes de mais nada, é um deputado federal recordista de votos na história de São Paulo, é um ataque direto à democracia.

Eu acho curioso quando se fala que ele fica feliz de ver no tribunal dos réus, é a mesma justiça que nos envergonha na Itália. Uma deputada também legitimamente eleita, que teve o seu processo anulado lá, porque o julgamento, visto pelos italianos, foi parcial, na qual juiz e vítima representavam a mesma pessoa.

Isso é gritante, está nos olhos de qualquer um que queira ver. É absolutamente vergonhoso a essa nação, ao Brasil, um país com a grandeza do Brasil, ter que ouvir também de uma nação soberana, como a Itália, que o julgamento da mais alta corte do Brasil não teve legitimidade, porque vítima e juiz representaram o papel.

O que seria ataque à nação? Seria assaltar os cofres da nação, como o atual Presidente da República fez? Porque contra fatos não há argumentos. Ele foi condenado em todas as instâncias. Milhões, milhões de reais foram devolvidos da corrupção, dos assaltos aos cofres públicos.

E o que está taxando o Brasil, basta uma leitura rápida, que verá que é a forma como o Brasil se comporta. A leniência com os ataques à democracia que a atual Presidência da República faz. É a leniência com o crime organizado, passando a mão.

Nós vivemos o período e os tempos em que a mais alta representatividade do Brasil, que é o seu Presidente da República, envia à América um comissário para fazer outra nação convencer-se de que Comando Vermelho e PCC não são terroristas. Aonde nós vamos parar?

O Presidente da República age hoje como advogado de defesa do PCC e do Comando Vermelho, envia representantes à maior potência do mundo para convencê-los a classificá-los como meros pobres coitados.

E, como bem diz a Vereadora Alana, o Presidente da República convence a população, pasmem, de não devolver celular roubado à polícia, porque os policiais não são confiáveis. Os confiáveis verdadeiramente, para o presidente, são os “meninos” dele do Comando Vermelho e do PCC.

Mais curioso ainda é se falar de qualquer coisa de corrupção neste país, quando ele foi vilipendiado e assaltado pela quadrilha que devolveu milhões de reais em delações, milhões de reais.

E quem tem o nome até a lama nas delações é o Partido dos Trabalhadores na Bahia e o filho do Presidente da República. Esse está até o fio de cabelo envolvido. O filho do Presidente da República, cujo apelido é Lulinha. Talvez ele venha a público dizer que o filho não é dele, é da Marisa, porque o sítio não era dele, era da dona Marisa. O dinheiro não era dele, era da Marisa. Talvez o filho também não seja, seja só da falecida dona Marisa. Aí cabe a cada um de nós fazer o juízo de valor.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE
EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1776-A/2025 DE AUTORIA DA VEREADORA MAÍRA DO MST QUE «DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O INSTITUTO CULTURAL ÁGUAS DO AMANHÃ (ICAA)».

PARECERES DA :
Comissão de Constituição Justiça e Redação PELA REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;
Comissão de Mérito Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Deangeles Percy.

*Prazo em 17/06/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Gilberto, Felipe Boró, Felipe Michel, Gigi Castilho, Jair da Mendes Gomes, Jorge Canella, Joyce Trindade, Leniel Borel, Leonel de Esquerda, Maíra do Mst, Marcos Dias, Monica Benicio, Niquinho, Paulo Messina, Poubel, Rafael Satiê, Salvino Oliveira, Tainá de Paula, Talita Galhardo, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Vera Lins e William Siri 28 (vinte e oito), não havendo voto favorável. Presentes e votando 28 (vinte e oito) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes e votando NÃO 28 (vinte e oito) senhores vereadores.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 1776-A/2025 segue à promulgação.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o Senhor Vereador Rafael Satiê, que dispõe de três minutos.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Obrigada, Senhor Presidente. Desculpe estar falando de um tema que não é pertinente à pauta, mas o Vereador Leonel de Esquerda acabou levantando algo e a gente precisa, de fato, dar uma resposta à altura.





Não à altura do timbre de voz, mas à altura do ponto de vista jurídico, pois é provável que ele desconheça todo o processo legal brasileiro. Bom, é fato que ele desconhece o devido processo legal brasileiro quando ele comemora um julgamento que vai acontecer no Plenário do Supremo Tribunal Federal, em turma essa que está incompleta. Essa turma deveria ter a presença do Ministro Luís Roberto Barroso, que, até alguns meses atrás, era do Supremo Tribunal Federal, um cargo que tem vitaliciedade. Ou seja, é um cargo do qual ele só vai sair quando completar uma idade.

Do nada – ou entre muitas aspas –, um cara que tem um cargo de vitaliciedade, que ganha no teto constitucional, decide abrir mão de um cargo com vitaliciedade. Só fez isso, justamente, em razão das sanções norte-americanas por intermédio da perseguição que ele vem fazendo, junto com o Ministro Alexandre de Moraes, a membros da direita brasileira. Isso aconteceu com várias pessoas.

Comemorar um julgamento de uma turma incompleta, comemorar um julgamento inconstitucional é justamente lamber botas de um poder que está se sobrepondo aos demais. O Poder Judiciário, já não é de agora, vem se sobrepondo aos Poderes Legislativo e Executivo. O próprio Lula já foi vítima disso. O Presidente que você defende já foi vítima disso e o próprio Lula, uma vez em ligação para a Dilma, quando ele fala do Jorge Messias, diz o seguinte: “A Suprema Corte é uma corte acovardada”. Palavras do Presidente que você defende.

Rui Barbosa, que foi um dos maiores juristas do Brasil, disse que a pior ditadura é a do Judiciário, porque contra ela não há a quem recorrer. Infelizmente, o Vereador não entende absolutamente nada sobre o devido processo legal. Como é que uma pessoa vai ser condenada diretamente no Supremo Tribunal Federal, sem passar pelas devidas instâncias?

Quando o Lula foi julgado e condenado em todas as instâncias, inclusive, quando o Supremo Tribunal Federal pediu uma revisão da pena, o TRF4 abriu mão da pena que tinha julgado e aumentou a pena dele. Ou seja, o Lula foi condenado na 1ª, na 2ª, na 3ª. Ele foi condenado em todas as instâncias respeitando o devido processo legal.

Até Jesus, no Império Romano, foi condenado com o devido processo legal. Foi para a casa de Anás, foi para a casa de Potifar, foi para o Sinédrio. Depois, foi para Pilatos, que decidiu deixar na mão do povo. Até os romanos, há 2026 anos, respeitaram o devido processo legal, e o Ministro Alexandre de Moraes, que envergonha a Corte brasileira, que envergonha o Judiciário brasileiro, que envergonha o devido processo legal, não respeita. E um vereador, que representa o Poder Legislativo, que se subjugava ao Poder Judiciário para aplaudir uma decisão monocrática, inconstitucional e ilegal, faz um papelão! É um papelão!

Agora, é óbvio, não é? Todo mundo já sabe – eu termino aqui, Senhor Presidente – que o resultado desse julgamento, para surpresa do total de zero pessoa, é que o Eduardo Bolsonaro vai ser condenado. É óbvio que vai ser condenado. Afinal de contas, ninguém está analisando a técnica da matéria; ninguém está analisando a jurisprudência; ninguém está analisando o mérito. Inclusive, não teve uma denúncia formal da Procuradoria-Geral da República.

Fatalmente, o vereador que me antecedeu não entende do devido processo legal e não sabe que a Procuradoria-Geral da República deve fazer uma denúncia formal, para, depois, chegar ao Supremo Tribunal Federal. É um atropelo. É um juiz que é o acusador, que é a vítima, que tem uma polícia própria. É uma vergonha para o Tribunal e para o Poder Judiciário brasileiro.

Mas essa vergonha só continua porque tem palhaço que aplaude essas anomalias jurídicas que acontecem no nosso país. No que depender de mim, estarei defendendo o que é certo. Eduardo Bolsonaro está certo; Flávio Bolsonaro está certo. Até porque o Eduardo, sem mandato, e o Flávio, como senador da República, fizeram muito mais do que esse presidente defensor de bandidos, que é o Lula, Luiz Inácio Lula da Silva. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LENIEL BOREL – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o Senhor Vereador Leniel Borel, que dispõe de três minutos.

O SR. LENIEL BOREL – Obrigado.

Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos os demais vereadores.

Eu não poderia, vereadores, deixar, no dia de hoje, de vir aqui falar para vocês, olhando, olhos nos olhos, para as vereadoras aqui presentes.

Na parte da tarde, enquanto estávamos no Colégio de Líderes, fui impactado com uma matéria de um jornal de uma investigação de um vereador, igual a nós, nosso par, que já tem esse *modus operandi* de investigar vereador, botando uma foto da minha esposa e da minha filha, de dois anos de idade. Minha esposa, que é médica; minha filha, que tem apenas dois anos, uma criança, expondo a minha família, um vereador indo atrás do nosso CPF.

Falei com o Presidente; mostrei para o Presidente... quem quiser olhar, alguns vereadores já tiveram essa informação. Uma prática de um vereador, em ano eleitoral... Então, vamos nos aproveitar de ano eleitoral para ir no CPF, na família dos demais vereadores? Uma mulher, minha esposa que, desde 2022, já trabalhava na Fundação Saúde, como médica, como técnica, capacitada.

Conheci a minha esposa em 2023; casei em 2024. Quer dizer que, agora, eu vou ter que condenar a minha esposa, porque eu virei vereador, para que ela não possa mais trabalhar? É isso mesmo, vereadora? Mas foi isso que foi colocado lá naquele jornal, que minha esposa, como médica e como esposa de um vereador, ela não poderia trabalhar num cargo público, por exemplo.

Estava aqui, agora há pouco, o nosso vereador, o Dr. Rogério Amorim, que também é médico; outros vereadores médicos aqui, que também já clinicam; que também operam fora do horário. Quer dizer, nós vamos condenar, Dr. Gilberto, os demais vereadores médicos da Casa? Eu vou ter que condenar a minha esposa?

O que vimos aqui, vereadores, num ano eleitoral, e de um vereador, que eu não quero nem levantar, porque mudou de partido recentemente, que era de outro partido, com outro viés ideológico, e mudou de partido, para concorrer e usar a eleição para falar mal de um outro vereador; investigar vereador. Presidente, é muito triste o que nós vimos hoje ali.

Eu, Leniel Borel, estou como vereador, no primeiro mandato, mas eu não poderia condenar, vereadoras, a minha esposa, como médica, trabalhadora. A Larysse está lá agora trabalhando no Hospital da Mulher; já foi no Hospital da Mãe. Aí quer dizer que eu vou ter que condenar minha esposa, porque eu sou vereador? Foi isso que esse vereador fez! E mandou uma matéria; mandou uma investigação do gabinete para um jornal, contra um vereador. Obrigado, Presidente. Eu queria deixar essa reflexão aí para os demais.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, a nobre Vereadora Tainá de Paula, por delegação da liderança do PT, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Peço licença, Presidente Carlo Caiado.

Eu quero primeiro agradecer aos nobres colegas que, de forma muito responsável, instauraram hoje a Comissão Especial de Acompanhamento dos Trabalhos da Praça Onze Maravilha.

Eu quero convidar todos os vereadores que se interessam pela matéria urbanística da cidade, que querem o melhor para a região. Nós temos diversos vereadores que fizeram emendas, que se colocaram positivamente à matéria, ou aqueles que criticaram a matéria e que querem ver se de fato todas as emendas serão encaminhadas e contempladas pelo Executivo. Eu faço aqui um apelo para o acompanhamento dos trabalhos das comissões.

E quero aqui carinhosamente convidar o Vereador Rafael Satiê, o Vereador Dr. Rogerio Amorim e a Vereadora Alana Passos, não quero aqui parecer homofóbica, pois da comunidade LGBTQIA+ sou. Mas é estranho esse amor, esse desejo, essa vontade de falar do nosso Presidente Lula.

E eu quero convidá-los aqui a refletir, por exemplo, por que um filme custa R\$ 134 milhões. Eu quero saber por que o Eduardo Bolsonaro fica



mais nos Estados Unidos do que no Brasil. Por que o Trump tem relações com o Flávio Bolsonaro e pede para taxar o Pix.

São essas respostas, vereadores do PL, vereadores da base bolsonarista desta cidade, que vocês precisam nos dar. Que o Lula tem uma coxa maravilhosa, que ele é gato, que ele tem uma barriga incrível, que ele está sarado e que ele vai ganhar o Brasil novamente, nós já sabemos.

Mas, por favor, controlem essa paixão. Vocês são pessoas casadas. Parem de declarar essa psicopatia amorosa pelo meu Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1853/2026 DE AUTORIA DO VEREADOR LEONEL DE ESQUERDA, QUE «DECLARA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O EVENTO PAGODE DA TIA DOCA».

PARECERES DA :

Comissão de Constituição Justiça e Redação PELA REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;

Comissão de Mérito Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator Ver. Cesar Maia.

*Prazo em 17/06/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Pela ordem, o nobre Vereador Leonel de Esquerda, que dispõe de três minutos.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Presidente, solicito o adiamento da discussão da matéria por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência submete ao Plenário o requerimento de adiamento da discussão da matéria por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 1853/2026 fica adiada por uma sessão.

Pela ordem, o nobre Vereador Felipe Michel, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Boa tarde, nobre Presidente, meu amigo Vereador Carlo Caiado; boa tarde a todos os vereadores.

Presidente, eu queria aqui ser solidário ao meu amigo e companheiro de Partido Progressista, Vereador Leniel Borel. Assim que me deparei hoje com essa reportagem, eu queria falar aqui, pessoalmente, para o Vereador Pedro Duarte, que é uma atitude totalmente deselegante, incorreta e desleal com o Vereador Leniel Borel.

Eu quero dizer que eu sempre levantei a bola aqui do respeito ao legislativo e, principalmente, às vezes, do Executivo com o legislativo. E às vezes somos nós mesmos os culpados, porque é inadmissível um vereador atingir o outro de uma maneira totalmente desnecessária, desleal, porque a esposa do Vereador Leniel Borel trabalha há anos na saúde, uma médica, guerreira, trabalhadora, com uma filha, e ela não pode trabalhar, não pode dar segmento na vida dela, na carreira médica dela, porque, então, o esposo dela foi eleito vereador.

Então, ela para de trabalhar? Nós que somos vereadores, as nossas esposas não podem mais trabalhar, porque em qualquer lugar que ela venha a trabalhar é porque ela é esposa de vereador e foi o vereador que a colocou lá? E quando o Vereador Leniel Borel foi eleito, ela lá já estava lá trabalhando.

Então, quer fazer seu trabalho? Faça seu trabalho, até porque nós vereadores estamos aqui mesmo para fiscalizar. Faça o seu trabalho, mas sem atingir a esposa de um vereador. É muito triste você pegar uma manchete de uma rede social, de qualquer questão, e ver o Vereador Leniel Borel com a sua esposa, Vereador Paulo Messina e sua filha estampados, para poder, de forma pejorativa, dizer que ela só está trabalhando lá porque ela é esposa do vereador.

É lamentável e triste. Não é isso que a gente quer. Deixo aqui meu repúdio à atitude que eu queria falar pessoalmente para ele, porque eu já falei pessoalmente para ele uma vez quando me tornei secretário do ex-prefeito Eduardo Paes e ele foi na minha rede social e me bateu. A partir do momento que ele virou par a o lado do prefeito Eduardo Paes eu fui no particular dele e falei: Vereador, hoje eu poderia estar lá na sua rede social lhe acusando, só que não sei o motivo. Política não se faz dessa forma que o Novo acha que a política é. Estamos aqui como vereadores para fiscalizar. Mas se a gente tiver vontade um dia de ir para o Executivo para executar, nós podemos, isso é política, não é politicagem.

Então, a partir do momento que um vereador acusa outro vereador, está cometendo um erro, de forma desnecessária e desleal, sem saber do que pode acontecer no futuro. Então, o vereador que está aqui está para fiscalizar. Faça isso, fiscalize. Agora, se um dia, presidente, quiser ir para o Executivo, que faça. Tem que ter o respeito. Nós temos que nos respeitar. Nós temos que nos unir porque senão, meus amigos, vai ser difícil a população e o Executivo respeitar o Legislativo da nossa cidade. Então, deixo aqui meu repúdio, presidente.

Para finalizar, presidente, me permita, ele também falou de uma forma pejorativa de um ex-jogador de futebol, que é o Marcelo Ribeiro, que trabalha com política há 15 anos. Então, ex-jogador não pode trabalhar. Acabou a sua carreira, tem que virar o quê? Eu sou um ex-jogador.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vereador! Por ordem regimental...

O SR. FELIPE MICHEL – Presidente, me permita, desculpe. Eu sou um ex-jogador, então, por eu ser um ex-jogador não posso ser... Eu tenho que acabar minha carreira só porque eu saí de um lugar humilde, de uma carreira que eu comecei de maneira... Eu era pobre, Presidente, um pobre da Praça Seca que não pode sonhar. Quando acabar de jogar, tem que acabar. Imagina uma reportagem: “...ainda tem um ex-jogador”.

Deixo aqui também minha solidariedade a um ex-jogador como o Marcelo Ribeiro, que está hoje buscando uma nova vida, uma nova carreira, para poder se levantar trabalhando diariamente. Não é isso que a gente quer para a nossa cidade. Deixo o meu repúdio e que nós possamos pensar nisso. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Rafael Satiê, que dispõe de três minutos.

O SR. RAFAEL SATIÊ - Só para me solidarizar também com o Vereador Leniel Borel.

Eu acho que a Casa tem que fiscalizar e essa, inclusive, é a nossa principal prerrogativa, fiscalizar o Poder Executivo, fiscalizar o orçamento, fiscalizar as obras, fiscalizar as secretarias. Eu, particularmente, sempre faço minhas fiscalizações, sempre com muito esmero e sempre com muito respeito aos demais poderes e às pessoas que ali representam esses poderes. Já fui em secretaria, já fui bem atendido em secretarias. Já fui em hospital, fui bem atendido em hospital porque eu dou o respeito e eu, por isso, recebo respeito.

É muito triste quando a gente vê uma família sendo exposta, uma criança sendo exposta às redes sociais junto com a sua esposa. Eu ficaria extremamente decepcionado se isso acontecesse comigo, até por que a gente aqui, meu irmão, vai para a guerra, a gente discute as ideias aqui





dentro do Plenário, às vezes a gente se excede e eu quantas vezes fui pessoalmente a um vereador de esquerda e me desculpei pelo excesso, me desculpei por que me excedi nas palavras. Em certa ocasião me desculpei com o Vereador Leonel de Esquerda porque me excedi nas palavras com ele. Isso é natural, é salutar. É importante nós reconhecermos os nossos limites e reconhecermos as nossas limitações, porque nós somos seres finitos. Agora, a família, não. Jamais vou aqui colocar a família de alguém e expor a família de algum vereador, embora seja meu desafio político, porque aqui eu não tenho inimigo, eu tenho adversário político. Então, eu quero aqui prestar minha solidariedade ao nosso nobre vereador, bem como a sua família, que não é de hoje, que já passa por diversas dificuldades e diversos problemas.

Sobre a questão que a vereadora citou sobre a taxaço do PIX, é uma fake news. Uma fake news sem pé, sem cabeça, não faz sentido nenhum o Trump taxar o PIX brasileiro. Quem acredita nisso é quem não tem a mínima noção de política econômica, macroeconômica e microeconômica. O que vai acontecer com o Brasil de ser taxado em 40% e ter um desnivelamento na sua balança comercial é por que o Ministro Alexandre de Moraes, infelizmente, quis fazer com cidadãos americanos o que ele faz com cidadão brasileiro. Aí, meu filho, a casa cai, não é? Não dá, não dá para tratar um cidadão norte-americano da maneira como ele trata um cidadão brasileiro, que é mandar prender sem um devido processo legal.

O Jason Miller, que é o CEO da rede social Gettr, foi impedido de entrar no Brasil, foi interpelado e constrangido pela Polícia Federal do Ministro Alexandre de Moraes. O Elon Musk, que hoje é um homem trilionário, que agora tem que ver se pode taxar bilionário, bilionário não pode existir, mas eu acho que o Elon Musk agora vai poder existir, porque ele é trilionário. Até a esquerda inventar um novo termo, inclusive, na hipocrisia deles. Esse Elon Musk teve a sua empresa em território brasileiro e em território norte-americano cerceada por decisões monocráticas do Ministro Alexandre de Moraes, e é por isso que o Brasil vai ser taxado. Não tem nada a ver com taxar Pix, isso é fake news, isso é desconhecimento de quem não entende política macro e microeconômica.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE PRIORIDADE
EM 2ª DISCUSSÃO
EM 2ª SESSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 2074/2026 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 29/2026) QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER DA: Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira FAVORÁVEL, Relatora VEREADORA ROSA FERNANDES.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria sai da Ordem do Dia e segue à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira para recebimento de emendas no período de dois dias úteis.

Pela ordem, o nobre Vereador Diego Faro, que dispõe de três minutos.

O SR. DIEGO FARO – Obrigado, Senhor Presidente, boa tarde a todos os presentes.

Primeiro, quero me solidarizar com o meu amigo Vereador Leniel, pelo ocorrido. Realmente, é um absurdo que nós criemos confusões, con-

flitos, quando nós precisamos nos proteger, precisamos caminhar juntos, trabalhar pela nossa cidade, vir aqui fazer aqui denúncias totalmente absurdas e prejudicando, principalmente, as famílias nossas, nós, como os parlamentares.

Mas eu vim falar aqui, Senhor Presidente, sobre as fortes chuvas de ontem, em especial na Rocinha, onde a gente vê que há um descaso da nossa Prefeitura em relação aos serviços essenciais que são liderados pela administração municipal.

Ontem, diante das fortes chuvas, a Prefeitura culpou a Águas do Rio, dizendo que uma adutora se rompeu e causou deslizamento. Mas, na verdade, esse deslizamento aconteceu e a queda do muro se deu por acúmulo de lixo na comunidade. Obviamente, com as fortes chuvas, elas acabam sendo arrastadas, foram levadas para essa adutora, a qual não possuía um tamanho grande e acabou realmente rompendo, resultando na queda do muro.

E, vejam, a gente pensa em prevenção, a gente tem que trabalhar com remediação, e isso acaba despendendo mais dinheiro, mais gastos públicos e, provavelmente, em muitos casos, a gente acaba gastando, acaba não tendo como pagar se houver vítimas. E ontem, vocês podem ver, está nas redes sociais uma imagem, quando passa uma van cheia de pessoas, logo em seguida vem o deslizamento com água e todo o lixo.

O que a gente precisa ter é planejamento, o que a Prefeitura precisa ter é planejamento. Agora, vem o Prefeito dizer que vai fazer um ecoponto lá no local e agora a gente tem que fiscalizar para ver se realmente vai ser feito. A Geo-Rio também veio para fazer, anunciar os reparos e as manutenções, enfim, a construção de encostas e vamos ficar em cima para ver, porque é muito fácil, depois de acontecer, depois do desastre, graças a Deus não tivemos nenhuma vítima fatal, a gente agora falar sobre o que a gente poderia ter feito. Muito pelo contrário, precisa ser feito antes, até porque, para a gente poder cobrar, para a Prefeitura cobrar dos outros, ela faz com muita facilidade, mas ela assumir as suas próprias responsabilidades, isso ela já não faz há um bom tempo.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Messina, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO MESSINA – Eu quero rapidamente, além de prestar minha solidariedade também ao Vereador Leniel Borel, ir um pouco além, Vereador. Todo mundo fazendo uma justificativa correta, é claro de que a sua esposa já trabalhava na Prefeitura desde 2022, mas eu quero ir além, e falo com a tranquilidade de quem não tem absolutamente nenhuma indicação, como todos os colegas sabem, nem no Estado, nem na Prefeitura – não é, Vereador Diego Faro?

Mas eu quero ir um pouco além. Não quero demonizar a política, mas eu não veria problema, Vereador Leniel Borel, ainda que fosse após a sua eleição, ainda que a sua esposa – e não é o caso – tivesse tomado posse ou começasse a trabalhar no Estado em 2026, desde que ela de fato trabalhasse, desde que ela de fato produzisse, eu não vejo problema nenhum.

O que não pode é ter fantasma. O que não pode é indicação política. Mas se ela de fato trabalhasse e fosse depois do seu mandato, também não haveria nenhum problema. Eu quero pontuar isso, porque eu vejo todo mundo falando: “não, porque foi antes”. E se não fosse antes? Ela está dando plantão? Ela tem capacidade técnica para exercer? Ela está exercendo, está executando? Eu acho que o que tem que ser avaliado, o que nós temos obrigação de fiscalizar, é se é fantasma ou não é, se tem cumprimento ou não é.

E se é parente... Porque há a possibilidade, há notícias de políticos que indicam e até viram fantasmas no trabalho. Não vou entrar na mérito do Estado, com o que está acontecendo lá com a questão do juiz, mas esse é o tipo de fiscalização que tem que ser feita. Se a pessoa trabalha ou não trabalha, se é fantasma ou não é fantasma. Agora, se é parente ou não, desde que não seja nepotismo, não seja crime, eu não vejo problema nenhum. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:



ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM CONTINUAÇÃO DA 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 73-A/2025 DE AUTORIA DOS VEREADORES PAULO MESSINA, MARCOS DIAS, LUCIANA NOVAES E FELIPE BORÓ, QUE «DISPÕE SOBRE MECANISMOS DE EFETIVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA ASSISTÊNCIA À PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

EMENDA DE Nº 3 DE AUTORIA DOS VEREADORES PAULO MESSINA, MARCIO RIBEIRO E DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL, DE EDUCAÇÃO, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DOS DIREITOS DA CRIANÇA ADOLESCENTE E JUVENTUDE, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DE TRABALHO E EMPREGO, DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DE ESPORTES LAZER E EVENTOS, DE TRANSPORTES E TRÂNSITO E DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

EMENDA DE Nº 4 DE AUTORIA DOS VEREADORES PAULO MESSINA, MARCIO RIBEIRO E DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL, DE EDUCAÇÃO, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DOS DIREITOS DA CRIANÇA ADOLESCENTE E JUVENTUDE, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DE TRABALHO E EMPREGO, DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DE ESPORTES LAZER E EVENTOS, DE TRANSPORTES E TRÂNSITO E DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

EMENDA DE Nº 5 DE AUTORIA DOS VEREADORES PAULO MESSINA, MARCIO RIBEIRO E DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL, DE EDUCAÇÃO, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DOS DIREITOS DA CRIANÇA ADOLESCENTE E JUVENTUDE, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DE TRABALHO E EMPREGO, DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DE ESPORTES LAZER E EVENTOS, DE TRANSPORTES E TRÂNSITO E DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

*Em anexo os PLs nº 294/2025 e 1040/2025

*incluído pelo Vereador Paulo Messina.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. FELIPE MICHEL – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o Senhor Vereador Felipe Michel, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Só para pedir coautoria, Presidente, pela importância para as pessoas de espectro autista. E seguir o Vereador Pau-

lo Messina, que faz um trabalho de excelência, pela memória da Vereadora Luciana Novaes.

Parabéns pelo trabalho, Vereador Paulo Messina.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Em discussão a matéria. Para discutir, o Senhor Vereador Paulo Messina, que dispõe de 10 minutos.

O SR. PAULO MESSINA – Eu estava botando a culpa em vocês aí, não é?

Senhores, eu vou ser rápido. Obrigado, Presidente Carlo Caiado. Eu queria pedir a Vossa Excelência, antes de começar a discutir, esse projeto foi a última manifestação em Plenário, como falou o Vereador Felipe Michel, da Vereadora Luciana Novaes. Ela fez uso da palavra e pediu coautoria desse projeto. Gostaria muito que essa lei levasse o nome Lei Luciana Novaes, porque foi a última manifestação dela aqui no Plenário. Coautoria, claro, franqueada a todos os colegas, como sempre.

Esse projeto, na verdade, cria um mecanismo de assistência oficialmente. Tudo está espalhado no município, desde atendimento prioritário na educação, na saúde, em transporte, etc., e tal. Então, a lei consolida um pouco isso tudo, mas vai além. Eu queria deixar aberta aqui uma discussão, que em breve vou trazer uma polêmica para o Plenário.

Nós temos aqui uma lei, do nosso querido Presidente Jorge Felipe, que dá prioridade nos transportes públicos, de todos os assentos, a idosos, pessoas com deficiência. Eu gostaria de revogar essa lei. Vou explicar porquê, como pai de autista, a partir do que a gente passa. Parece, à primeira vista, e certamente a intenção do autor foi essa, maravilhosa, de ajudar. Por que é que vai ter só essas cadeiras? Que seja tudo. O problema é que quem tem tudo não tem nada.

Você entra num ônibus e, se todas as cadeiras são prioritárias, ninguém quer se levantar. “Por que é que eu estou pedindo esse lugar aqui? Pede os do outros, pede do outro!” E ninguém se movimenta. A rigor, foi pior para todos nós. Obviamente, não foi a intenção do colega, ainda mais com a experiência e a história do nosso colega, ex-presidente Jorge Felipe. Mas, infelizmente, no dia a dia foi pior para nós.

Então, gostaria que a gente retornasse à política original de termos assentos marcados para pessoas com deficiência, idosos etc. e tal, para que aquelas pessoas sentadas ali saibam que estarão ali enquanto não chegar uma pessoa com prioridade. Hoje, como está, está muito ruim, porque todo mundo faz corpo mole. Você entra, a primeira coisa que todo mundo faz é: fone de ouvido, estou dormindo, não estou vendo. Pede para outro, já que tem vários assentos, já que tem outros assentos, vou fingir que estou dormindo, vou fingir que estou no telefone, estou de cabeça baixa, e ninguém se levanta. Piorou. Esse projeto – já vão ver um dispositivozinho lá – no transporte, que já fala de assentos marcados. Então, é o início de um projeto que a gente vai protocolar para discutir, é claro, com os colegas, de revogar essa lei. Vai ser assunto para outras sessões.

No mais, gostaria que essa lei se chamasse Lei Luciana Novaes, por conta de ter sido a última manifestação dela em Plenário, e com a coautoria de todos colegas que quiserem.

Obrigado, queridos.

Obrigado, Presidente. Ah, queria encaminhar. São quatro emendas. Eu queria encaminhar contrário à emenda de nº 3, e votação em bloco das emendas nºs 3, 4 e 5, favorável a elas. Perdão, as emendas nºs 4, 5, 6 num bloco. As emendas nºs 4, 5, 6 num bloco, favoravelmente, e a emenda 3, contrário.

Obrigado, Presidente.

O SR. WILLIAM SIRI – Presidente, eu queria pedir coautoria também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Presidência informa que recebeu emenda nº 6, de autoria das comissões, com o seguinte teor:

(LENDO)





EMENDA Nº 6

MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 3º DO PL Nº 73-A/2025

Modifique-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 73-A/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com TEA aquela que possuir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA.

§ 1º Para fins de comprovação do Transtorno do Espectro Autista – TEA, será aceito o laudo médico emitido por profissional da rede privada de saúde, desde que elaborado em conformidade com o modelo e os requisitos disponibilizados na plataforma de solicitação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA, enquanto a pessoa aguarda a avaliação conclusiva pela rede pública de saúde.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, a pessoa com TEA ou seu responsável legal deverá comparecer à unidade de Atenção Primária à Saúde – APS de referência de seu território, no prazo máximo de seis meses, para solicitar a avaliação diagnóstica própria da rede pública de saúde.”

§ 3º Caso o laudo inicial não seja confirmado, prevalecerá aquele emitido pelo profissional especializado da rede pública de saúde.” (NR)

Vereador PAULO MESSINA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereador ÁTILA NUNES
Presidente

Vereador DR. GILBERTO
Vice-Presidente

Vereador INALDO SILVA
Vogal

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO

Vereador JUNIOR DA LUCINHA
Presidente

Vereador INALDO SILVA
Vice-Presidente

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Vereadora TAINÁ DE PAULA
Vice-Presidente

Vereador TATIANA ROQUE
Vogal

COMISSÃO DE HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL

Vereador DR. GILBERTO
Presidente

Vereador DR. ROGERIO AMORIM
Vice-Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Vereador SALVINO OLIVEIRA
Presidente

Vereador WILLIAM SIRI
Vice-Presidente

Vereador NIQUINHO
Vogal

COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vereador FELIPE PIRES
Presidente

Vereador FABIO SILVA
Vice-Presidente

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Vereador LENIEL BOREL
Presidente

Vereador SALVINO OLIVEIRA
Vogal

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Vereadora ALANA PASSOS
Presidente

Vereadora TATIANA ROQUE
Vice-Presidente

Vereador VITOR HUGO
Vogal

COMISSÃO DE TRABALHO E EMPREGO

Vereador RICK AZEVEDO
Presidente

Vereador WILLIAM SIRI
Vice-Presidente

Vereadora ROSA FERNANDES
Vogal

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Vereadora JOYCE TRINDADE
Vogal

Vereador RAFAEL SATIÊ
Vogal

COMISSÃO DE ESPORTES, LAZER E EVENTOS

Vereador FELIPE BORÓ
Presidente

Vereador FERNANDO ARMELAU
Vogal



COMISSÃO DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

Vereador MARCELO DINIZ
Presidente

Vereadora JOYCE TRINDADE
Vice-Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Vereadora ROSA FERNANDES
Presidente

Vereador FLAVIO VALLE
Vogal

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
Pelo encaminhamento do Vereador Paulo Messina, submeto ao Plenário a votação em bloco das emendas nºs 4, 5 e 6.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

A SRA. TÂNIA BASTOS – Presidente, queria solicitar a coautoria também ao projeto do Vereador Paulo Messina, por favor.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O Vereador Paulo Messina está liberando a coautoria a todos os vereadores que queiram ser coautores do projeto. Vereadora Tânia Bastos, Vereadores William Siri, Felipe Michel, Carlo Caiado também.

Em votação a Emenda nº 3.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Pela manifestação do Plenário, rejeitada a emenda de número 3, que segue ao arquivo.
Em votação o bloco de emendas.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Solicitam a coautoria também: Vereadores Talita Galhardo, Monica Benicio, Rodrigo Vizeu, Macos Dias, Poubel, Niquinho, Átila Nunes.
Em votação o projeto assim emendado.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 73-A/2025, assim emendado, está aprovado e segue à redação final.
Os Projetos de Lei nºs 294/2025 e 1040/2025, em anexo, ficam prejudicados e seguem ao arquivo nos termos do art. 270, do Regimento interno.
Pela ordem, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, boa tarde.
Em nome do senhor, gostaria de cumprimentar todos os vereadores, todas as vereadoras aqui presentes.
Parece-me que teve uma onda de solidariedade, e eu fico até surpreso, com relação a políticos que fazem denúncias acerca do que acontece no setor público. Todos nós que estamos na vida pública, estamos nela para explicar qualquer coisa que nos questionem, que nos apontem. Agora, com muito orgulho, sim, fizemos mais uma denúncia do aparelhamento relacionado ao Deputado Federal Dr. Luizinho – claro, as pessoas têm suas alianças políticas e precisam defender os seus líderes, isso faz parte da política e cada um que o faça. Mas é fato, e digo publicamente aqui no Plenário, o que, inclusive, todo mundo sabe: ao longo dos últimos anos, o Deputado Federal Doutor Luizinho aparelhou a Secretaria Estadual de Saúde, e boa parte das pessoas que precisavam de qualquer exame, qualquer acesso na secretaria era através da equipe do Doutor Luizinho.

Agora, o Governador Ricardo Couto está expondo isso com seus já milhares de exonerados, e nós fomos conferir a situação da saúde e encontramos dezenas, centenas de pessoas politicamente ligadas ao Deputado Federal Doutor Luizinho.

Se alguém foi particularmente destacado por uma matéria da Band que circulou na rádio, que circulou nas redes sociais, muito sinceramente, a prioridade não deveria ser vir aqui ao Plenário falar sobre o nosso trabalho de fiscalização, mas sim como homem público, como pessoa pública, ir a público explicar o seu caso em particular. Tendo uma boa explicação, eu tenho certeza de que as pessoas bem entenderão essa explicação. Caso não tenha, aí realmente não vai ter muita explicação sobre como muitas das pessoas que lá estão são, sim, funcionários fantasma, são, sim, cabos eleitorais que não entendem nada da área de saúde e foram alocadas na Secretaria de Saúde para fazer política para esse deputado federal.

Então, imaginem qual o caminho aqui: eu vou pedir perdão por fazer uma denúncia como essa? Vai conferir se o Ministério Público não está levando adiante! Vai conferir se a Band não quis levar adiante! São todos eles irresponsáveis? São todos eles temerários? E, aí, vem questionar a minha vida pública; mas questionar uma pessoa que faz denúncia? Eu não iria nem trazer isso para o Plenário. Inclusive, com relação a fotos, não sou eu que escolho a foto no *post* da Band. Não foi um *post* nas minhas redes sociais; não foi um *post* meu; foi uma postagem da Band em que a Band escolheu as fotos. E, aí, vem dizer sobre mim que, sim, preparei um relatório sobre conexões políticas e enviei ao Ministério Público e à Band. E a Band fez as suas escolhas.

Agora, a prioridade é, em Plenário, sobre um assunto que eu nem iria trazer, querer me criticar e me questionar por fazer fiscalização e denúncia. Talvez, as pessoas devessem refletir sobre qual é o papel do Poder Legislativo e o papel de quem fiscaliza
Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Felipe Michel, que dispõe de três minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Presidente, eu queria aqui só para poder... Vereador Pedro Duarte, acho que, de repente, você não estava aqui e alguém te passou da maneira errada.
A minha fala foi de solidariedade ao Vereador Leniel Borel, por conta de o Vereador Leniel Borel ter uma esposa médica. Em nenhum momento eu critiquei a fiscalização.

A fiscalização é um dever de todo vereador. Nós fomos eleitos para fiscalizar, e eu acho que não passaram a minha fala da maneira correta para você. É o seguinte: você está na sua função e no seu direito de fiscalizar seja quem for e seja da maneira que for; mas daí a gente atirar na esposa de um vereador que é médica e médica há anos, uma mulher. Primeiro que mulher já passa a guerra que é diariamente você ser esposa, ser mãe, ser médica, ser diretora e trabalhar diariamente no Poder Público, tendo seu esposo vereador. Porque para a sociedade, por conta de nós mesmos, dos nossos erros, por atirmos às vezes no nosso próprio companheiro, ficamos manchados na sociedade. E a gente sabe o preconceito que enfrenta diariamente nas ruas do Rio de Janeiro.

Então, aqui, o que eu falei foi em solidariedade a uma mulher médica que, antes de o seu esposo ser vereador ela já era médica, já era diretora, já era trabalhadora. Qual o problema também de depois de o seu esposo ser vereador, ela ocupar algum cargo trabalhando diariamente? O que eu falei aqui foi em defesa do nobre Vereador Leniel Borel, com a sua esposa médica, que trabalha diariamente todos os dias, seja na cidade, no Estado, seja por indicação ou não indicação o que não é o caso dela. E de um ex-jogador, um ex-jogador que já trabalha na política há 15 anos. É aquela maneira pejorativa, fruto de um trabalho de fiscalização.

Eu acho que você tem que continuar o seu trabalho. Estou aqui para dizer: Doutor Luizinho é meu aliado, é um líder político que eu tenho sim, mas não estou aqui para passar a mão na cabeça de nada errado. Se tiver alguma coisa errada, que seja vista. Mas eu estou aqui para falar o seguinte: sou aliado, com muito orgulho, é um cara que entregou na saúde do estado muitas coisas que eu acho que devem ser faladas aqui também, como o Onco Baixada, o Hospital dos Olhos na Zona Oeste e várias ou-





tras coisas que estão aí no estado. A gente tem que falar do SAMU em todos **os bairros**. Se a gente tem SAMU, bases avançadas do SAMU, hoje, não só na capital como no estado, é fruto do trabalho do Dr. Luizinho.

Agora, fiscalização, Pedro Duarte, eu já falei pra você que tem que continuar fazendo, é o seu perfil, também é o meu. A gente tem que seguir fiscalizando não só na cidade, como no Estado, e assim a gente tem que seguir o nosso trabalho. É o nosso direito, mas a gente tem que ter cuidado. Porque, quando a gente levanta uma situação da esposa de um vereador, a gente está atirando nos próprios companheiros, e ainda mais numa pessoa que trabalha, numa médica conceituada. E aí expõe uma família, expõe uma esposa.

O Leniel Borel passou agora por um momento muito delicado do julgamento do seu filho, em que o nosso ex-companheiro Jairinho foi condenado e a mãe do seu filho foi absolvida. imagine, e hoje ele toma esse “tiro” de dentro da Casa na sua esposa. Então, eu acho que não foi lealdade com os companheiros. E faço essa crítica olhando para você, até porque tudo eu sempre falei para você: naquele momento em que você foi á minha rede social e me criticou e me bateu, depois aconteceu a mesma coisa com você, e eu falei: meu amigo, eu agora poderia fazer... “Eu peço desculpas” – palavras suas. Eu falei: não, fica o exemplo e cuidado daqui para frente. E hoje é um momento desses.

Siga o seu trabalho de fiscalização, eu apoio. E, se quiser me chamar, eu vou também, e assim a gente segue. Mas não esqueça: o Legislativo hoje não é respeitado por culpa nossa, e a gente tem que ser respeitado não só pelo Executivo, como pela população, porque nós ralamos muito para chegar aqui. Mas a gente tem que se valorizar cada vez mais. Siga o seu trabalho, mas tenha cuidado para não “atirar” nos seus companheiros que estão trabalhando aqui diariamente.

E também tem eleição neste ano, e você pode acabar com uma eleição de um trabalho tão brilhante, como o do Leniel Borel.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vamos respeitar o horário regimental, por favor!

Para comunicação de liderança, o nobre Vereador William Siri, líder do PSOL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. WILLIAM SIRI – Boa tarde a todos e todas.
Queria muito também entrar neste assunto, mas eu tenho que escolher as batalhas aqui, e eu quero falar de algo bizarro – é o mínimo que eu posso falar, que é o que a Prefeitura veio fazendo com um terreno público aqui no Aterro do Flamengo. Onde era um posto de gasolina, a Prefeitura autorizou fazer um empreendimento de até três pavimentos, num lugar que é patrimônio da humanidade, no Aterro do Flamengo, que é patrimônio desde a década de 1960 e é tombado.

E a Prefeitura, nessa sanha de sempre atender aos grandes especuladores da Cidade do Rio de Janeiro, nem o Aterro do Flamengo, que está todo mundo vendo. Todo mundo, quando passa ali no Aterro, vê: “Que cidade linda e maravilhosa”! Mas não. A prefeitura tem uma lógica de, em detrimento da população, favorecer quem é o poder político do Prefeito Eduardo Paes, do Prefeito Eduardo Cavaliere, e autorizou, como eu bem disse, num lugar em que era um posto de gasolina, construir um empreendimento de até três pavimentos. É um absurdo! Já entramos no Ministério Público Federal para que o *parquet* embargue essa obra por definitivo. Mas fica aqui: não queremos! A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro é quem planeja, é a especulação imobiliária... e nós sempre denunciaremos, porque é um absurdo essa lógica que vem sendo seguida desde a época desde Eduardo Paes, e agora o Cavaliere.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 133-A/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR FERNANDO ARMELAU, QUE “INSTITUI O PORTAL DO LEGADO

OLÍMPICO PARA GARANTIR A TRANSPARÊNCIA E A PUBLICIDADE NA GESTÃO, UTILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS OLÍMPICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Pela ordem, o nobre Vereador Diego Faro, que dispõe de três minutos.

O SR. DIEGO FARO – Em comum acordo com o autor do projeto, requiero adiamento da discussão do projeto por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Submeto ao Plenário o requerimento de adiamento da discussão do projeto por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 133-A/2025 fica adiada por uma sessão.

Pela ordem, o nobre Vereador Leniel Borel, que dispõe de três minutos.

O SR. LENIEL BOREL – Presidente, muito obrigado.

Mas agora, olhando para o Vereador Pedro Duarte – é que o senhor não estava aqui, o senhor havia saído, e eu gostaria de falar olhando olhos nos seus olhos. Corrigindo o que o senhor falou aqui, a matéria traz o seguinte – e eu queria ler para os vereadores: “Servidores comissionados da área da Saúde do Governo do Rio têm relações diretas com políticos”. Essa é a matéria. Segundo parágrafo: “Um levantamento do gabinete do Vereador Pedro Duarte – PSD, base do governo, base da Prefeitura –, confirmado pela Band News, aponta vários cargos comissionados”.

E aí o senhor trouxe a minha esposa como uma das capas da matéria. E aí eu não estou aqui porque eu não tenho papel de investigador, não sou eu que posso afirmar. Mas eu não falei o nome do senhor aqui, vereador. O que eu falei é que tinha um vereador, e o senhor veio aqui falar. Eu não falei o nome do senhor.

Obrigado ao Vereador Felipe Michel, que veio e falou. O Vereador Messina trouxe aqui. Mesmo assim, qual é o problema da minha esposa médica, capacitada, nível superior, técnica? Agora, vereador, você poderia estar lá, olhando-a trabalhando no Hospital da Mãe, fiscalizando, o Hospital da Mulher, como esteve hoje. Em vez de falar que o meu familiar, a minha esposa, que é capacitada e técnica, estava trabalhando, só porque ela tem relação comigo. É minha esposa, e eu vou valorizá-la, ela é a mãe da minha filha.

Na capa do jornal, aparece a minha esposa com a minha filha. O senhor não teve cuidado, vereador, comigo. O senhor, como parlamentar, está no grupo, o senhor poderia ter me ligado, e eu lhe explicaria. O senhor não falou aqui que o vereador deveria fazer o seu papel e explicar. Eu já expliquei anteriormente, mas se o senhor quisesse que eu explicasse sobre a minha esposa, era só me ligar.

Eu lhe falaria: vereador, Larissa, desde 2019, é médica, formada, nível superior. Em 2022, ela se tornou funcionária da Fundação Saúde, capacitada, diretora de hospital. Depois foi diretora do hospital do AME. Agora, trabalha na Secretaria do Estado também. Médica capacitada e está fazendo um trabalho que muitos daqui não têm possibilidade de fazê-lo, que é fiscalizar o Hospital da Mãe, da Mulher, como médica.

O senhor está falando para os demais vereadores, porque há vereadores médicos, inclusive tem um aqui, que estava aqui e que não está mais, o Rogerio, que foi lá operar. Muitas vezes, a gente já o ouviu também, no contraturno, falar que não pode operar, não pode fazer o bem, não pode trabalhar, como vereador, fora do período. É isso o que está sendo falado ali. Está falando de maneira muito pessoal, tratando no CPF. Aí, vereador, preciso falar sobre isso aqui. Outros vereadores já nos procuraram, outros funcionários da Casa, falaram que já é uma prática de ir no CPF. Eu estou no primeiro mandato aqui. Mas eu nunca vi isso: alguém atacar a família. E logo de um pai que, semana passada, estava no auge do furacão.

Vereador, se a Band cometeu um erro, ela vai ser responsabilizada. Se nós cometermos erros, vamos ser responsabilizados. A juíza, que tomou



a decisão de forma misógina, se for considerada errada, vai ser responsabilizada. Para todos nós, uma ação tem uma reação. Então, neste sentido, não estou aqui pra falar do vereador de forma pessoal, mas o senhor poderia, sim, ter evitado isso com a minha família.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, vereador.

O SR. PEDRO DUARTE – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Boa tarde, Presidente, novamente falando aqui em diálogo com o Vereador Leniel Borel.

Como eu disse, vereador, o *post* não é das minhas redes sociais. Quanto à escolha da foto, eu não encaminho foto à imprensa. Eu encaminho, sim, um relatório. Inclusive, muito me preocupa o senhor falando tanto de preocupação com a saúde, existe ali uma denúncia grave de um deputado que fez apadrinhamento político em massa em uma secretaria, e o senhor pontuou o caso da sua esposa e explicou muito bem aqui o caso dela.

Eu acho que nós, como pessoas públicas, estamos constantemente sujeitos exatamente ao escrutínio público e às cobranças, e o senhor fez uma explicação, mas trazendo o tom de que está errado quem monta um relatório, o encaminha para a Secretaria, para o Ministério Público e para a imprensa.

Mais uma vez, não está nas minhas redes sociais a escolha do seu nome, não está nas minhas redes sociais a escolha da foto. Você manda um relatório, e a Band trabalha em cima disso, da forma como ela bem entende. Se ela foi responsável...

Exatamente, o senhor diz que já não está mais lá, porque a Band percebeu, mas não é que eu tenha tirado as minhas redes sociais, sequer foi para as minhas redes sociais. Eu não destaquei o caso do senhor, eu não destaquei o caso da sua família e não o faria, inclusive.

Agora, nós montamos um relatório que tem dezenas, na verdade, passa de centenas de nomes da relação de um deputado federal com uma Secretaria de Saúde. Todos que acompanham o funcionamento da secretaria sabem, há muito tempo, o quanto o deputado aparelha essa secretaria. Aí, a imprensa e o Ministério Público fazem o seu trabalho, mas eu, nas minhas redes, não destaquei o nome. Não vim ao Plenário, eu sequer trouxe esse caso ao Plenário, sequer coloquei nas minhas redes sociais e sequer citei o nome da sua família, do senhor ou de qualquer pessoa nas minhas redes sociais.

Agora, não vou negar. Fiz um relatório que mostra as conexões políticas da Secretaria, mas não repercuti, nas minhas redes, qualquer coisa relacionada ao senhor, à sua família ou à sua esposa. Agora, tem lá dezenas de outros nomes, que têm vários problemas e, sim, merecem ser apurados. O papel da apuração é exatamente depois da apuração, ver alguns comprovadamente serão fantasmas e outros serão pessoas que estão ali regularmente trabalhando.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Dr. Rogerio Amorim, líder do PL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Presidente, eu não estava aqui presente fisicamente, mas estava acompanhando a discussão. Inclusive, conversei com o meu colega, Leniel. Com todo respeito ao vosso mandato, Pedro Duarte, não é porque a mulher, a esposa, desculpa, de Vossa Excelência, o senhor é vereador, que ela não pode exercer um cargo. Eu afirmo com toda tranquilidade e segurança, eu vi que Vossa Excelência citou o meu nome, eu posso desempenhar, independente de ser vereador dessa cidade, sem falsa modéstia e nem soberba, qualquer serviço neurocirúrgico. Qualquer um, porque tenho competência para isso. Não preciso de indicação. É muito ruim

quando nós pegamos todos os indicados, ou que trabalham dentro de um cargo político, e taxá-los como encostados, como incompetentes, ou de só serem merecedores de estarem naquela posição, porque é parente de algum vereador ou de alguma importância.

E agora, eu não tenho nenhum, eu vou falar isso claro, porque estou sendo gravado, apreço ao Secretário Doutor Luizinho. Nenhum. Zero. Tenho críticas a ele. Muitas. Não tem o meu apoio absolutamente nenhum na política. Zero. Agora, nobre Vereador Pedro, o pau que tem que dar em Chico tem que dar em Francisco. Eu lhe afirmo que o Secretário Daniel Soranz, pela sua base, indica a torto e a direito. A torto e a direito. Afirmamos isso. A irmã do Secretário Daniel Soranz estava nomeada na Casa Civil do Estado. Estava nomeada.

Aí eu fico muito preocupado, Presidente, quando nós vemos imprensa, política, puxarem a corda de um lado só. E eu não vou nem dizer puxar a corda, porque a esposa de vossa excelência é uma médica, prosseguindo, com capacidade e competência para exercer um cargo médico. O que eu faço é o meu CPF. A minha esposa não pode ser tolida de suas funções profissionais ou os meus filhos, porque eu sou o vereador da Cidade do Rio de Janeiro. Então nós temos que tomar muito cuidado.

Eu não estou aqui tolindo nenhum tipo de investigação e não sabia nem que tinha sido o relatório de vossa excelência. Não estou aqui colocando lenha na fogueira e nem nada.

Estou aqui, mais uma vez, para falar que nós estamos em um período muito complicado da nossa história. Muito complicado. Tornar-se político virou um crime. E não é um crime pessoal. Se você mata uma pessoa na rua, você responde por esse crime. E tem pena da sua família. Como tem que ter mesmo. A sua família não tem culpa do que você comete. Agora, quando você é político, você cola um carimbo na sua família? E desculpa, vereador, isso que o PSD faz, eu cito nominalmente, é muito ruim. Eu já vivi isso. Eu fui escrachado nesse Plenário por uma atitude de um assessor meu. Eu fui humilhado. O postulante, o pré-candidato ao Senado, vem fazer um discurso. Ao invés de falar o que vai fazer, ao invés de falar o que vai fazer, vem falar da política que aprisionou o Estado. E quem aprisiona a Prefeitura hoje em dia? Que até poda de árvore você não poda nessa cidade se um vereador da base não mandar. Nem poda de árvore se tem nessa Casa mais. Nem vocês da base têm nada. Vamos falar a verdade. Vocês estão de pires na mão pedindo uma poda de árvore porque só quem tem é aquele que está nas entranhas do Prefeito. Isso não é uso da máquina, não? Vamos fazer nossas lutas aqui. Não levar para os CPFs. E muito menos nas nossas famílias. Colegas. É isso que eu falo. Todo respeito aos dois vereadores, eu estou aqui legislando em favor da política.

Eu, antes de ser vereador, fui chefe de serviço de hospital universitário, e nada tem a ver com o meu irmão. Eu era chefe de serviço, pelos meus méritos e minha competência. Vossa Excelência é médica e sabe que eu sou médico, atuante na área. E, no passado, tentaram fazer essa conexão da minha chefia com a posição do meu irmão, que nada tem a ver com isso. Tenhamos a briga política, sim, mas vamos respeitar a política e principalmente o CPF de cada um de nós. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador. Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 478-A/2025 DE AUTORIA DOS VEREADORES MARCOS DIAS E JOYCE TRINDADE, QUE «INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA AMIGA DO AUTISTA NO





ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS».

EMENDA DE Nº 4 DE AUTORIA DO VEREADOR MARCOS DIAS E DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO, DE EDUCAÇÃO, DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE CIÊNCIA TECNOLOGIA COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DE HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL E DE FINANÇAS ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

*Incluído pelo Vereador Marcos Dias

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. PAULO MESSINA – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Messina, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO MESSINA – Eu queria solicitar, Vereador Marcos Dias, que, mais uma vez, faz um projeto de extrema relevância, principalmente no que tange às questões da abordagem comportamental... Porém, têm alguns dispositivos que me preocupam – até conversei direto com o autor sobre isso.

Por exemplo, o dispositivo que fala do atendimento educacional especializado, as salas de recurso multifuncional. Ele fala de atendimento em grupo. O objetivo da sala de recurso multifuncional é justamente o momento em que o profissional consegue ter aquele olhar individualizado sobre o aluno.

Então, isso pode, no futuro, acabar dando “um tiro no pé” da própria intenção do autor. Então, a gente está com uma emenda, Vereador, que está até pronta, mas a gente não conseguiu a tempo a assinatura da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

Presidente, eu solicitaria o adiamento da discussão da matéria por uma sessão, mas para não “chover no molhado”, eu estou vendo o Plenário um pouco esvaziado, então, eu vou pedir primeiro a verificação de quórum. Caso haja quórum para continuar, eu peço o adiamento por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitada a verificação de quórum pelo Vereador Paulo Messina, a Presidência solicita que os senhores vereadores registrem suas presenças.

(Os senhores vereadores registram suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores Carlo Caiado, Monica Benicio, Paulo Messina, Rodrigo Vizeu, Talita Galhardo e William Siri 6 (seis).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 6 (seis) senhores vereadores. Constatada a falta de quórum para dar prosseguimento aos trabalhos, a Presidência encerrará a Sessão e, em consequência, fica prejudicado o Expediente Final.

A Presidência, antes de encerrar, comunica que, não tendo sofrido emenda de redação, fica considerada aprovada, nos termos regimentais, a redação final do Projeto de Lei Complementar nº 92-A/2025, que segue a autógrafo; e convoca Sessão Ordinária para amanhã, quarta-feira, dia 17 de junho, às 14 horas.

A Ordem do Dia é a continuação da designada anteriormente. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h33).

EXPEDIENTE

Ofícios

LIDERANÇA DO BLOCO E PARTIDOS

DESPACHO:
Imprima-se.
Em 16/06/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

OFÍCIO S/Nº das Lideranças
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2026

Exmo Sr.
Vereador CARLO CAIADO
DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Os Senhores Vereadores líderes de bancadas com representação nesta Casa de Leis, abaixo signatários, acordam com a indicação da Senhora Vereadora Helena Vieira para compor as Comissões Permanentes de Defesa da Mulher e de Proteção e Defesas Civil.

Atenciosamente,

Vereador INALDO SILVA
Líder do BLOCO O RIO QUE QUEREMOS

Vereadora ROSA FERNANDES
Líder do PSD

Vereador DR. ROGERIO AMORIM
Líder do PL

Vereador FELIPE PIRES
Líder do PT

Vereador WILLIAM SIRI
Líder do PSOL

Vereador VITOR HUGO
Líder do MDB

Vereadora VERA LINS
Líder do PROGRESSISTAS

Vereador WELINGTON DIAS
Líder do PDT



Câmara Rio
a qualquer hora

Saiba tudo a respeito das Leis e Projetos de Lei que tramitam na Casa. Acompanhe entrevistas com vereadores e notícias ao vivo e assista às sessões plenárias e Audiências Públicas.